

ARTIGO

A estratégia do Banco Mundial para o Brasil, por Adhemar S. Mineiro

HOMENAGEM

Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho, por Maria Augusta Tibiriçá Miranda

ARTIGO

A importância da política comercial, por Lauro Vieira de Faria

CAMPANHA

Entidades e Fóruns se organizam para lançar a "Campanha da Cidadania para as Eleições Municipais"

RESENHA

Economia brasileira, de Reinaldo Gonçalves

PLEBISCITO

Entidades convocam para o Plebiscito da Dívida Externa

ELEIÇÕES

RENOVAÇÃO DO 3º TERÇO DE CONSELHEIROS

PÁG. 02

Pleno emprego e ampliação dos direitos da cidadania

Em entrevista ao JE, José Carlos de Assis aborda as relações entre cidadania, e emprego e afirma: "Ninguém vai esperar que o povo, reconhecido como fonte de soberania e em pleno exercício dessa faculdade ficaria eternamente indiferente a uma política que lhe caça o direito de sobrevivência"

páginas 8 a 10



VISTA TOMADA DA IGREJA DE SÃO BENTO NO RIO, DE JOHANN MORITZ RUGENDAS, ACERVO DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 232-8178 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa.
Conselheiros Suplentes: Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

**SINDECON – SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Av. Treze de Maio, 23 – Grupo 1607/1608 /1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20031-000 – Tel: (0XX21) 262-2535 – Telefax: (0XX21) 533-7891/2192 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

**IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 509-1077 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

A dívida externa é um problema de enorme gravidade e, certamente, um dos maiores obstáculos ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Ela representa um sério desequilíbrio de estoque e implica em um vazamento anual de renda líquida (juro) estimado em mais de US\$ 18 bilhões este ano. Este valor equivale ao patrimônio líquido somado das duas maiores empresas brasileiras, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. É como se todo ano o país deixasse de abrir duas empresas de porte internacional. Além da transferência de recursos, o serviço da dívida externa envolve a conversão de moeda nacional em dívida estrangeira. O resultado é uma pressão crônica sobre o mercado cambial. Se considerarmos que o déficit do balanço de pagamentos

estimado para este ano é de US\$ 24 bilhões, o serviço da dívida externa responde por três quartos deste déficit. O desequilíbrio provocado pela dívida externa resulta, também, na perda de autonomia de política econômica. O pagamento da dívida externa independe da política cambial. Assim, qualquer que seja a taxa de câmbio, o país tem que gerar, anualmente, bilhões de dólares para o pagamento dos juros da dívida externa. Não há como ignorar o fato, já reconhecido pelo próprio Banco Mundial, que o Brasil é um país severely indebted (nível crítico de endividamento). Não há, também, como ignorar a responsabilidade do governo FHC pelo aumento inusitado da dívida externa brasileira a partir de 1995. A dívida externa cresceu de US\$ 148 bilhões em 1995 para cerca de US\$ 250 bilhões

atualmente. O atual governo é responsável pelo aumento de US\$ 100 bilhões da dívida externa do país. Esta é mais uma herança trágica deste governo e a sociedade civil não desconhece estes fatos e esta responsabilidade. Para aumentar o grau de conscientização da população sobre a gravidade do problema da dívida, várias organizações representativas da sociedade brasileira (CNBB, CONIC, CUT, MST, etc.) estão promovendo o Plebiscito da Dívida Externa entre 2 e 7 de setembro. Esta mobilização popular permitirá a aglutinação de forças políticas importantes para enfrentar mais este grave problema decorrente de estratégias e políticas equivocadas, realizadas em governos anteriores e, principalmente, no atual governo.

ELEIÇÕES 2000

As eleições para a renovação do terceiro terço de conselheiros deste Conselho serão realizadas em 26 de outubro. Serão escolhidos três conselheiros-efetivos e três conselheiros-suplentes, com mandato de três anos, (2001/2003), um delegado-eleitor efetivo e um delegado-eleitor suplente ao Colégio Eleitoral do COFECON. O prazo para inscrição de chapas encerrar-se-á às 18:00 horas do dia 12 de setembro e o edital de convocação da eleição foi publicado em 14/08/00 no Diário Oficial da União e no Jornal O Globo, conforme requerem as disposições legais vigentes. Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas ou provisórias e quites com as anuidades até a data do pleito.

EDUARDO MENDES CALLADO
Presidente

CAPA/ARTE

JOHANN MORITZ RUGENDAS, pintor e desenhista alemão (Augsburg 1802 - Weilheim 1858), encantou-se com a vista das cidades de Sabará, Ouro Preto e Caeté, e das províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, explorando e revelando em seus desenhos a originalidade do povo e da fauna brasileira. Rugendas veio para o Brasil em 1821, a fim de trabalhar na expedição científica do Barão de Langsdorff. Não chegou a acompanhar a referida expedição em todo o seu trajeto pelo interior do Brasil, mas fez desenhos e anotações sobre aspectos das relações brasileiras, reunindo cem de seus trabalhos sob o título *Voyage pittoresque au Brésil*, luxuosa edição litografada por Engelmann (1835), publicada em Paris. Hoje, seus trabalhos encontram-se dispersos em museus e coleções particulares da Europa e da América do Sul, inclusive do Brasil.

O *Jornal dos Economistas* reproduz a litografia de Johan Moritz Rugendas graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicações de gravuras do seu acervo e de artistas representativos. *Na capa: Vista Tomada da Igreja de São Bento no Rio*, litografia com área impressa 24 x 31,3 cm. Reprodução: João Dias.

ARTIGO

por Adhemar S. Mineiro

A estratégia do Banco Mundial para o Brasil

No último dia 30 de maio, em Brasília, Banco Mundial apresentou a uma série de entidades da sociedade civil brasileira o seu documento de estratégia de assistência para o país, conhecido em inglês pela sigla CAS (*Country Assistance Strategy*).

A simples apresentação do documento pelo Banco já é um avanço na sua interlocução com a sociedade brasileira. Entretanto, vale lembrar que nem o Banco Mundial nem o Governo brasileiro divulgam a íntegra do documento, lamentavelmente. Esta divulgação vem sendo feita, já pela segunda vez, pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais¹ (para quem quiser o contato, via Internet, a Rede Brasil pode ser acessada no seu endereço eletrônico rbrasil@rbrasil.org.br, ou na página <http://www.rbrasil.org.br>, também na rede). Por insistência de alguns parlamentares, a discussão também vem sendo feita parcialmente no Congresso Nacional, que se utiliza do expediente do Requerimento de Informação para obter o documento – não fosse esse expediente, o documento ficaria restrito aos ministérios da área econômica do Governo Federal.

Vale lembrar que esse documento orienta toda a relação, inclusive definição de linhas de projetos a serem apoiados, do Banco Mundial com o Brasil, o que não inclui só o interesse do Governo Federal, mas também o de Estados e Municípios, e o do próprio setor privado (ressaltando que o nome oficial completo do documento é *Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Federative Republic of Brazil – Estratégia de Assistência ao País do Grupo Banco Mundial para a República Federativa do Brasil*, e o Grupo Banco Mundial inclui a *International Finance Corporation*, IFC, Corporação Financeira Internacional, que financia projetos do setor privado).

Assim, só por isso já estaria definida a importância de que essa discussão fosse bem mais ampla do que vem sendo até o momento. Mas, ao ler o documento, se percebe muito mais: pelo nível de definições contido nele, o CAS tenta desenhar não apenas um cenário para a definição de projetos a serem aprovados, mas nele se desenha também, às vezes de forma detalhada, as políticas macroeconômicas a serem levadas adiante pelo Governo brasileiro, os rumos estratégicos pensados para a reestruturação da economia nacional e as chamadas “reformas” que julgam necessárias para tal – o que, convenhamos, não é uma discussão que deva

se restringir aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, ao Banco Central, e aos diretores e técnicos do Banco Mundial. Isso justifica sua ampla divulgação e discussão com o conjunto da sociedade brasileira e suas instituições representativas.

E qual o conteúdo do documento? Sobre o projeto estratégico nele expresso, basta citar a concisa e expressiva frase contida no Sumário Executivo que o abre e afirma que “no passado recente, o Brasil tem feito avanços impressionantes no seu programa de reformas econômicas e sociais em direção a uma economia moderna, conduzida pelo setor privado e integrada com os mercados internacionais”². Não é novidade nem da parte do Banco, nem do atual Governo brasileiro, mas a frase dita de forma clara sempre ajuda a deixar as coisas explícitas.

Na análise macroeconômica, começam os problemas do texto. “O Governo respondeu competente e efetivamente à perda de confiança dos mercados de fins de 1998 e início de 1999 com uma combinação de políticas monetárias restritivas e medidas de ajuste fiscal de resposta rápida combinadas com uma direção reforçada no sentido de reformas fiscais estruturais”, diz o texto. Aparecem aqui, de cara, dois problemas.

O primeiro deles é na própria base conceitual. Na análise embutida no CAS anterior, o Banco fazia uma aposta no sucesso da estratégia macroeconômica em curso e na administração competente das autoridades econômicas brasileiras. Assim como faz no atual CAS. Por outro lado, os documentos das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, em geral trabalham com a hipótese, sempre explícita, da excelência e eficiência dos mercados, e na sua capacidade de orientar o funcionamento econômico. Mas quando se combinam essas duas idéias, aparece o problema – por quê ocorreu a perda de confiança dos mercados? Se a política econômica adotada era correta no rumo, e bem administrada, por quê os mercados perdem confiança? O rumo seria incorreto? A administração não seria assim tão competente, como faz crer o CAS? Ou os “mercados” poderiam falhar em sua avaliação? E, garantida a eficiência e competência da gestão macroeconômica, e sacrificada a capacidade de avaliação dos “mercados”, não seria perigoso deixar exclusivamente a cargo de um “ente” tão falho em sua capacidade de avaliação a determinação dos rumos da economia?

O outro ponto, mais prático, diz

respeito à combinação entre políticas monetárias restritivas e ajuste fiscal. Há algum tempo que o principal elemento de desajuste das contas públicas têm sido as elevadas taxas de juros praticadas no país, que têm como justificativa a necessidade de capturar dólares no exterior para equacionar o déficit em transações correntes resultantes da combinação de uma abertura comercial estabaneada, câmbio valorizado e pesados encargos financeiros do endividamento externo. Assim, as políticas monetárias restritivas – leia-se, taxas de juros elevadas – são antagônicas em relação ao equilíbrio fiscal. Ou, como mostra texto recente do INESC³, destina-se fração crescente, superior a 60% do orçamento, à administração do custo financeiro (que varia ao sabor das taxas de juros interna e externa), enquanto a conta de pessoal pouco passa dos 10% do total do orçamento, e os gastos sociais são implacavelmente cortados ou contingenciados, no afã de tornar minimamente administrável o déficit orçamentário. A prioridade financeira da gestão orçamentária é tão evidente quanto a impossibilidade de se atingir algo perto do equilíbrio orçamentário a partir de políticas monetárias restritivas⁴.

O texto do CAS também coloca hipoteticamente, com ênfase, a redução da pobreza e o desenvolvimento social. Entretanto, aqui de novo, apesar do tom geral positivo, quando desce aos detalhes do efeito das políticas de ajuste sobre os pobres, acaba sendo honesto ao reconhecer que “O impacto imediato das medidas de ajuste, entretanto, tem sido uma redução do crescimento econômico e uma reversão temporária da anterior tendência positiva à redução da pobreza.” (CAS, p. 1). Uma forma meio nebulosa de dizer que as medidas de ajuste estrutural resultaram em encolhimento da economia e agravamento da pobreza no país. É isso em um quadro (expresso em CAS, p. 4) em que “a sucessão de crises econômicas desde 1997 afetaram os pobres principalmente através da redução da demanda por trabalho e a redução resultante no emprego e/ou nos salários reais” – novamente, dizendo que as medidas de resposta brasileiras às crises desde 1997 aumentaram o desemprego e reduziram os salários.

Finalmente, e aqui talvez o ponto mais importante a ser divulgado, pois não se trata de um debate sobre a análise que é feita no texto do documento, mas de uma discussão sobre o futuro, e que nem sempre é apreendida pelas pessoas; o texto entra na

defesa de uma série de reformas que julga necessárias como resposta à crise macroeconômica atual e à estruturação das bases para o desenvolvimento futuro. Dessas, listo apenas aquelas que considero expressas com mais ênfase no texto:

- reformas no mercado de trabalho, no sentido da desregulamentação do mercado de trabalho e da redução de custos do trabalho (CAS, p.7);

- reforma da seguridade social, com o objetivo de reduzir os custos das aposentadorias/pensões na área do regime jurídico único (funcionalismo público), reduzir as diferenças entre aposentadorias/pensões do funcionalismo público e celetistas cortando benefícios dos funcionários mais do que os benefícios dos celetistas, e estimular o crescimento sustentado dos planos de aposentadoria privados (CAS, p.12);

- reforma fiscal (CAS, p. 13), que parece agora travada no Congresso Nacional por iniciativa do próprio Executivo;

- reforma do judiciário (CAS, p.20);

- alteração do papel indutor do desenvolvimento do sistema bancário público (BB, BNDES, Caixa Econômica, BNB), trabalhando para aumentar o papel de financiamento ao desenvolvimento do setor bancário privado (pp. XVI-XVII).

Enfim, na curta apresentação feita pelo Banco Mundial, e especialmente no documento circulado pela Rede Brasil, existem fundamentais elementos para entender o discurso oficial nas discussões recentes no Brasil, e suas prioridades. A lamentar, o fato de não se fazer essa discussão de uma forma ampla.

Adhemar dos Santos Mineiro é economista, técnico do DIEESE e presidente da Associação de Economistas da América Latina e o Caribe – AEALC.

1 – Para quem se interessar, o documento anterior foi divulgado em livro, juntamente com vários artigos com comentários sobre o texto, em A. Vianna Jr. (org.), *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil – Análise Crítica e Documentos Inéditos*, Rede Brasil, Brasília, 1998.

2 – Como todo o texto está em inglês, todas as citações são traduções livres.

3 – *A Execução Orçamentária no Primeiro Ano do Acordo do Governo com o FMI (1999)*, INESC, Brasília, abril de 2000.

4 – Vale ressaltar que quando sai do ufanismo para uma análise mais específica da situação fiscal, o próprio texto do CAS acaba, pelo menos em parte, reconhecendo o problema, ao dizer que “(...) o Governo alterou o regime cambial e apertou a política monetária, tendo ambos temporariamente agravado a situação fiscal em 1999.” (CAS, pp. 10-11).

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

Capitalismo global, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 8,40.

Globalização e desnacionalização, Reinaldo Gonçalves.
Preço com desconto: R\$ 16,80.

3º Setor: desenvolvimento social sustentado, Ruth Cardoso.
Preço com desconto: R\$ 15,05.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 20,30.

Oferta de Moeda na Macroeconomia, Demian Fiocca.
Preço com desconto: R\$ 14,70.

ABC da Dívida Externa, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 9,10.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

— HOMENAGEM A BARBOSA LIMA SOBRINHO —

“No Brasil, só há dois partidos: o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis. O que não transige com o interesse do Brasil e o que atrela o destino do Brasil ao destino de uma nação estrangeira.”

Barbosa Lima Sobrinho

Por ocasião das comemorações do 99º aniversário de **Barbosa Lima Sobrinho**, Fernando Segismundo (hoje presidente da ABI) que coordenava os trabalhos, deu-me a palavra. Comecei afirmando que dizer **Barbosa Lima Sobrinho** e elogiá-lo, seria pleonasma. As qualidades desse grande brasileiro, com uma comprovada coerência, a ele se incorporaram de tal maneira que basta enunciar-lhe o nome para todos associarem a honradez, patriotismo, luta incessante pelo seu País e seu Povo.

Dos grandes, ele tinha a simplicidade. Chegávamos a seu Gabinete, abríamos a porta e ele estava atendendo indistintamente os que o procuravam.

Creio que, dele, só temos uma queixa: o de não ter sido imortal como supúnhamos. Nos seus 103 anos de idade, seria de esperar-se um desfecho a qualquer momento. Mas, confesso que aos mais próximos, surpreendeu as notícias da sua repentina doença e falecimento. Após haver fraturado o fêmur, nós, do Movimento em Defesa da Economia Nacional – MODECON, o visitávamos com certa frequência. No sábado, 15 de julho, voltaríamos a sua casa quando soubemos que ele piorara e se internara. Dirigi-me no ato para o CTI onde estava. Ainda teimávamos em ter esperança de um milagre daquele jequitibá, que desta vez não veio. Para sua sorte, foi breve a doença. No dia seguinte, 16, se despedia, cumprindo sua reiterada promessa: *“enquanto me restarem lucidez e vida, estarei lutando no interesse do Brasil e do nosso povo.”* No domingo de seu falecimento, o “Jornal do Brasil” publicava o seu último artigo, na coluna que ocupara por longos anos.

Irmanamo-nos com seus filhos no sentimento de orfandade. No dia, mesmo, de seu sepultamento, decidimos, em sua homenagem, manter a programação dos trabalhos, inclusive a palestra do economista Marcos Arruda já marcada para as 18 horas. Anunciamos, inclusive, essa nossa difícil decisão, pelo rádio. De minha parte, tive grande emoção. Olga Amélia, em nome da Diretoria, entregou-me um lindo bouquet de rosas e o cargo da Presidência até então – e desde

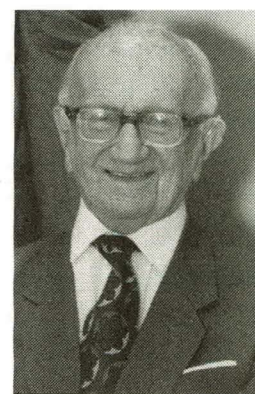
a fundação em 1989 – ocupado pelo que será nosso eterno presidente. Nesses anos todos, acompanhei-o de perto como vice-presidente executiva. A tarefa não me assusta, pois conheço os pensamentos e o posicionamento de Barbosa Lima Sobrinho. Num trabalho de equipe, com a participação das entidades que integram o MODECON, como o CORECON, prosseguimos – tentando intensificá-las – nossas atividades. Falta-nos, todavia, o manto protetor. A palavra sábia e oportuna do querido presidente. Ele foi e será o nosso patrono. Por proposta do engenheiro Ricardo Maranhão naquela reunião do dia 17, visitamos outro ilustre brasileiro – Oscar Niemeyer – que aceitou projetar um Memorial Barbosa Lima Sobrinho e abriu abaixo-assinado para que, com outras entidades e o povo em geral, pleiteemos do governo um local apropriado e o seu erguimento.

Seu pensamento perdurará como guia para os jovens. Com o propósito de renovar textos de livros já esgotados, conseguimos um grupo de amigos que, desinteressadamente, e sob a coordenação de Edson Teixeira de Queiroz, lançou, no seu centenário, a *“Antologia Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos de vida lutando pelo Brasil”*, editada por Paz e Terra, de Fernando Gasparian. Ela está nas livrarias à disposição da nova geração, até que se editem as suas obras seletas ou as obras completas.

Barbosa Lima deixou metas e exemplo. Seguidamente repetia, na conjuntura adversa que atravessamos: *“Não importa o resultado da luta, o importante é lutar”*.

Meu querido mestre: gostaria de encerrar estas breves palavras com uma lágrima de saudade. Mas, não: prefiro plagiá-lo, com toda a força de minha sinceridade: *“enquanto me sobrarem lucidez e vida, estarei lutando pelo Brasil e pelo nosso Povo”*. Prometo.

Maria Augusta Tibiriçá Miranda
Presidente do MODECON



Dia 18/08/2000 – 17:30 horas

A ABI (Associação Brasileira de Imprensa), o MODECON (Movimento em Defesa da Economia Nacional), a ADNAM (Associação Democrática e Nacionalista de Militares), a AEPET (Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS), a CNDDA (Campanha Nacional em Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia) e demais integrantes do PARTIDO DE TIRADENTES convidam as entidades, personalidades, parlamentares e o povo em geral para a homenagem a BARBOSA LIMA SOBRINHO, no transcurso do primeiro mês de seu falecimento.

CONTAMOS COM SUA PRESENÇA NESTE ATO CÍVICO

Auditório do 9º andar da ABI – Rua Araújo Porto Alegre, 71 – Centro/RJ

ARTIGO

por Lauro Vieira de Faria

A importância da política comercial

Não temos outra escolha se não implementar políticas ativas de incentivo às exportações e à produção doméstica que substitui importações. Um ano e meio depois da maxidesvalorização cambial, a economia brasileira continua a vivenciar uma situação de vulnerabilidade externa, embora menor do que no período anterior. Teremos, em 2000, um déficit em conta corrente estimado em US\$ 25 bilhões (correspondente a 3,6% do PIB), remessas ao exterior de juros, lucros e dividendos de cerca de US\$ 20 bilhões e um passivo externo líquido (valores mobiliários mais capital e propriedades de não-residentes, menos as reservas internacionais do país) de US\$ 310 bilhões, correspondendo a 53% do PIB. A parcela das exportações comprometida com o pagamento de rendas de capital externo terá subido para 36,4%, em 2000, e a taxa de rentabilidade do passivo externo líquido, para estimados 6,7%, acima da taxa média de crescimento das exportações, de 4,2% ao ano em 1994-2000¹.

Se a situação continuar como está, logo a confiança na solvência do país será erodida, os capitais deixarão de afluir e nos defrontaremos com a necessidade de eliminar o déficit em conta corrente a toque de caixa e, provavelmente, por meio da recessão. Uma opção seria manter o curso atual. A articulação entre políticas macro e microeconômicas, nos moldes do chamado Consenso de Washington, tem sido compatível com uma taxa apenas modesta de crescimento do produto e, em certos períodos, nos tem obrigado a incorrer em recessão. Esta sempre enseja algum ajuste externo pois expande o excedente exportável, mas não representa, obviamente, uma saída válida. É politicamente impopular, socialmente injusta e tecni-

camente discutível. Nos períodos de contração da atividade econômica, é difícil encontrar projetos de investimento que pareçam rentáveis, mesmo no setor exportador e, portanto, não há certeza de que o déficit externo não reaparecerá quando a economia sair da recessão.

Assim, uma correção mais forte de rota faz sentido. Tal correção, em princípio, poderia ocorrer via nova desvalorização cambial cujo efeito seria, precisamente, promover uma diminuição mais forte do déficit em conta corrente ou até eliminá-lo por completo. Porém, tal alternativa apresenta insuperáveis obstáculos no momento atual. Em primeiro lugar, se realizada por decreto, implicaria numa clara violação do regime de câmbio flexível, que nos custou tanto para alcançar e cujas vantagens não devemos subestimar. Se realizada por meio de redução expressiva das taxas internas de juros *vis-à-vis* às externas, o impacto líquido sobre o balanço de pagamentos é incerto - o dólar mais caro estimula as exportações mas o aumento da renda nacional decorrente de juros mais baixos favorece as importações. Em terceiro lugar, uma nova desvalorização poderia acarretar turbulências financeiras no Brasil e em nossos parceiros da América Latina, prejudicando os objetivos de ajuste externo e de crescimento econômico. Quarto, seria uma medida muito impopular e sinalizaria o fracasso das políticas monetária e cambial. Problemas semelhantes, internos e externos, seriam causados por políticas de proteção generalizada como, por exemplo, um aumento uniforme das tarifas aduaneiras.

Uma programa ativo de mudança estrutural seria, no entanto, factível². Incentivos fiscais, subsídios e preferências nas compras

governamentais poderiam ser concedidos às indústrias domésticas que fossem identificadas como tendo vantagens comparativas e que se espera devam ser beneficiadas continuamente por acréscimos da procura internacional. Tarifas sobre bens importados, concorrentes com tais indústrias, também deveriam ser consideradas se tal concorrência colocasse em risco a expansão do setor com potencial exportador. Contudo, o governo deveria resistir aos apelos de assistência generalizada, principalmente, por parte das empresas e setores que, claramente, devem encolher sua participação na economia nacional, residindo aí a diferença desse programa em relação a outro de proteção generalizada. Mas não se deve subestimar os problemas de balanço de pagamentos que podem ocorrer durante a fase de mudança estrutural. Os setores "modernos" que estão investindo demandam, em geral, mais importações e podem não estar prontos para exportar. Déficits no balanço em conta corrente se tornam prováveis e, por essa razão, cabe considerar medidas de apoio aos setores "antigos" que, no entanto, podem contribuir expressivamente para a redução de eventual escassez de divisas.

Um programa de mudança estrutural como o alinhado acima, estaria em linha com a moderna teoria de política comercial estratégica (*strategic trade policy*). Ele consistiria num conjunto temporário de incentivos fiscais, subsídios e tarifas alfandegárias seletivamente aplicados aos setores identificados como tendo potencial elevado de aumento de exportações e/ou substituição de importações. Setores em fase de contração não seriam assistidos, exceto aqueles que pudessem gerar expressivo montante de divisas. Toda a assis-

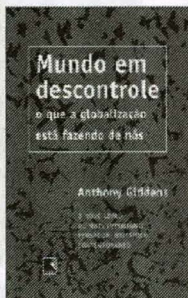
tência deveria ser fiscalizada pelo governo, auditada por órgãos independentes, temporária e cadente no tempo. Obviamente, dada a adesão do Brasil à acordos de comércio internacional (OMC e Mercosul, notadamente), o peso específicos das diversas políticas comerciais (incentivos, subsídios, tarifas etc) no conjunto do programa seria aquele que minimizasse as disputas e retaliações de outros países. As fricções seriam fortes mas tais acordos abrigam cláusulas de exceção, aplicáveis momentaneamente em situações de desequilíbrio do balanço de pagamentos. Ademais, cabe à diplomacia explicar aos nossos parceiros comerciais que, embora haja malefícios a curto prazo, o ajuste externo do Brasil é benéfico a todos no médio e longo prazos.

Tal política teria, certamente, a oposição dos defensores do livre comércio de bens e capital. Mas a teoria ricardiana e suas extensões chegam a resultados simetricamente benéficos para países importadores e exportadores por meio de três simplificações muito distantes da realidade - competição perfeita nos mercados, equilíbrio do balanço de pagamentos e ausência de incerteza e risco. Quando tais simplificações são trocadas por hipóteses menos externas, os resultados mudam completamente.

Paul Krugman e seus seguidores mostraram que, sob condições de retornos crescentes de escala e competição imperfeita, a colocação de tarifas sobre importações e subsídios às exportações pode melhorar a posição competitiva de um determinado país. Se o balanço de pagamentos for um problema [como costuma ser, de fato], o déficit externo pode piorar a distribuição de renda, como mostrou Joan Robinson: "a vantagem mais importante de um superávit em

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



Mundo em descontrole
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60
A terceira via
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50

- **Aspectos morais do crescimento econômico**
— Barrington Moore Jr.
De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- **O mercado futuro e de opções**
— Octavio Bessada
De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50
- **A corrosão do caráter**
— Richard Sennet
De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- **Falso amanhecer**
— John Gray
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Destruição não criadora**
— Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada
— Maria da Conceição Tavares
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL** — (volumes I e II)
— organizado por Ricardo Bielschowsky
De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)
- **Por uma outra globalização**
— Milton Santos
De: R\$ 20,00 Por: R\$ 14,00
- **O livro negro do capitalismo**
— Organizado por Gilles Perraut
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento:
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00
Telefone: (21) 232-8178

ARTIGO

conta corrente, que afeta toda a economia, é que, desde que existam empresas enérgicas e capitalistas parcimoniosos para se aproveitarem dele, é possível ao investimento prosseguir a todo vapor, enquanto um país deficitário aciona nervosamente os freios, com medo das importações excessivas. O investimento doméstico [no país superavitário] provoca o progresso técnico que melhora sua posição competitiva e torna ainda mais forte sua balança comercial, ao passo que o país fraco entra em estagnação e sofre espasmos desalentadores de paralisação e avanço”³. Hongmo Sung e Harvey Lapan chegaram a conclusões semelhantes estudando o risco de taxas de câmbio e as oportunidades que ele traz para as empresas multinacionais: “we have shown that when a multinational firm (MNF) is in competition with local firms, the exchange rate volatility, by increasing the value of the option the MNF has to operate in several localities, effectively gives the MNF a strategic advantage that may force the local firm from the market...Our result parallels other work in strategic trade policy that shows that import protection can promote exports”⁴.

Aliás, intervenção estatal em mercados continua ocorrendo normalmente nos principais países do mundo, a começar pelos Estados Unidos. Conforme o orçamento federal de 1999/5, eles investiram US\$ 38 bilhões em ciência e tecnologia, US\$ 21 bilhões em programas de estabilização da renda

agrícola (correspondentes a cerca de 30% da renda líquida do campo), US\$ 42 bilhões em transporte e US\$ 37 bilhões em *international affairs*, setor onde o objetivo de “promoção de nossas exportações” é essencial. O apoio estatal norte-americano tem evitado [inteligentemente, reconheça-se] a intervenção direta na produção de bens e serviços mas, fora isso, os instrumentos utilizados são os tradicionais: gastos diretos, incentivos fiscais, seguros subsidiados, estabilização de preços e empréstimos favorecidos. Em 1999, por exemplo, o governo federal estendeu créditos subsidiados de US\$ 17 bilhões para os *affairs* internacionais, de US\$ 13 bilhões para proteção da agricultura e de US\$ 233 bilhões (!) para o fortalecimento da construção civil, moradia e comércio, com o objetivo é explícito de facilitar a aquisição da “casa própria” (*homeownership*) e o desenvolvimento de pequenos negócios (*small businesses*). A economia privada teve sua tarefa ainda mais facilitada por gastos diretos do estado – de 410 bilhões – em educação, saúde e apoio aos “incapacitados” (*disabled*). Finalmente, eles despenderam US\$ 277 bilhões em defesa, setor onde detém a liderança incontestada e que lhes concede enorme vantagem em termos de progresso técnico relativamente ao resto do mundo. Como se vê, o “livre mercado” passa bem ao largo do orçamento fiscal dos Estados Unidos e mais ainda no caso dos países europeus.

Portanto, está na hora de o Brasil por as barbas de molho: o “livre comércio” e outros imperativos categóricos podem ser desejáveis como objetivos de longo prazo mas, nas condições atuais, a melhor maneira de se obter o referido incremento das exportações e a substituição de importações é por meio de uma política comercial estratégica (*strategic trade policy*) que propicie efetiva mudança estrutural da economia. Mesmo porque é o que outros países estão fazendo nesse momento com impactos benéficos nas economias respectivas. Mas, para mudar, é preciso coragem, coesão política interna, competência administrativa e capacidade diplomática.

Lauro Vieira de Faria é economista do IBRE/FGV.

Notas:

- 1 Tão cruciais são as exportações para a solvência externa dos países, que a literatura especializada lhes consagrou diversos indicadores. O indicador sintético mais importante é a razão passivo externo líquido/exportações anuais. Até a década de 70, costumava-se considerar como situação comprometedor se tal razão excedesse quatro. Ver Simonsen, M. H., *Macroeconomia*, Apec, 1979, p. 69-71.
- 2 Ver Tarshis, Lorie, *International Trade and Finance*, John Wiley Inc., NY, 1955, pg. 461 e seguintes.
- 3 “O Novo Mercantilismo”, in *Contribuições à Economia Moderna*, Zahar, 1979, pg. 242.
- 4 “Strategic Foreign Direct Investment and Exchange-Rate Uncertainty”, in *International Economic Review*, May 2000, pg.413 e 422.
- 5 Obtenível pela Internet: www.federalbudget.com

PROGRAMA FAIXA LIVRE

RÁDIO BANDEIRANTES AM, 1360 MHz, no seu Dial

Apresentação Paulo Passarinho e Nilo Sérgio Gomes, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 09:00h. Um programa essencialmente direcionado à área política e econômica, levantando e respondendo questões dos profissionais de economia e da sociedade em geral. Produção: Sonia Toledo e Maria de Jesus.

220-1360 - LIGUE E PARTICIPE!

CAMPANHA

Entidades e Fóruns se organizam para lançar a "Campanha da Cidadania para as Eleições Municipais"

O COFECON, o CONFEA em conjunto com o FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA - FNUR, a FASE e outras inúmeras entidades nacionais e locais estão encaminhando a referida campanha com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil e a população para a importância de uma gestão pública - Executivo, Legislativo e Judicial - baseada nos valores democráticos e em parâmetros ligados à representatividade dos interesses coletivos, resgatando a ética na política, o fortalecimento e a multiplicação das ações de cidadania que ampliem a igualdade social, territorial, de sexo e de raça nas cidades e nos municípios brasileiros. Cansadas de assistir a tantos desrespeitos aos direitos das pessoas, a ausência de controle do uso dos recursos públicos e a todas as formas de corrupção e clientelismos, as mesmas entidades apresentam a "Plataforma da Cidadania" para referenciar o voto das pessoas e os programas dos candidatos. Seguem alguns trechos:

Para fortalecer e ampliar a luta pela defesa da cidadania para todos, da justiça social e da recuperação da solidariedade; pelo fim da impunidade e implementação de mecanismos de controle e fiscalização que combatam o clientelismo e a corrupção é que recomendamos "OLHO VIVO NAS ELEIÇÕES"!!! e votem em prefeitos e vereadores que tenham programas com as seguintes propostas:

a) Gestão Democrática e Participativa da Cidade e dos Municípios:

- Implantação de processos e instrumentos democráticos e descentralizados como Conferências Municipais, Conselhos, Orçamentos Participativos, Câmaras Setoriais, Audiências Públicas, Tribunais Populares, entre outros, visando garantir o controle social e a participação da população na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, bem como a gestão democrática dos recursos públicos;

- Democratização da informação: prestação pública mensal de contas municipais e convênios; transparência dos atos e decisões através dos meios de comunicação; acesso às informações em relação a recursos e projetos encaminhados à Câmara;

- Orientação sobre direitos e deveres através de meios de comunicação, programas educacionais, criação de núcleos descentralizados de informação para cidadania, acesso a bancos de dados públicos com indicadores físicos, sociais e econômicos.

- Democratização do Orçamento Público Municipal e participação da população para discutir as prioridades de obras e de políticas com os governos. É necessário

que se usem os instrumentos constitucionais como referendun popular, plebiscito a qualquer medida que possa modificar a vida da população.

- Valorização e estímulo do uso de iniciativa popular de lei, criação de instrumentos de aferição, controle e acompanhamento dos mandatos legislativos e de todos os instrumentos e ações que derivam de mobilizações populares, de denúncias públicas e de iniciativas da população como construção de casas, implantação de cooperativas ou empreendimentos econômicos.

- Gestão democrática e controle social dos serviços públicos urbanos tais como: água e esgoto, energia elétrica, lixo, telefone, saúde, educação e transporte.

b) Qualidade de vida

É importante que possamos dar uma nova forma de beleza às cidades e aos municípios enfrentando os problemas sociais e, para isso, os candidatos precisam entender que é necessário:

- Resgatar o papel do Estado no atendimento aos direitos básicos e na implantação de mecanismos que combatam a especulação e privatização das políticas públicas,

- Realizar políticas que garantam a moradia adequada, saneamento ambiental, transporte, educação, creches, saúde, cultura, trabalho, áreas de lazer, recuperação e preservação dos recursos naturais, controle de enchentes e da poluição....

- Combater todas as formas de especulação, em especial a especulação imobiliária que impede o acesso à moradia;

- Combater as ações e práticas que geram a segregação social/territorial, de sexo e de raça;



- Revitalizar e recuperar áreas degradadas e de equipamentos urbanos;

- Combater a violência urbana e promover a construção da cultura da paz

- Criar e ampliar opções de cultura e lazer para a juventude, através de projetos descentralizados nos bairros;

- Garantir o acesso a todos os cidadãos (principalmente os idosos e portadores de deficiência física, mental, sensorial visual e auditiva), nas edificações públicas e de uso público, nas áreas urbanas (ruas, praças, parques, equipamentos urbanos), nos transportes públicos e na comunicação;

- Discutir, aprovar e implementar Planos Diretores democráticos e participativos em todas as suas fases de elaboração e institucionalização, de modo a estabelecer estratégias de reforma urbana e viabilizar a aplicação dos instrumentos constitucionais que garantem a função social da propriedade e da cidade, assegurando a criação de um sistema permanente de planejamento e gestão democráticos.

c) Desenvolvimento Econômico e Social Local

Promover o desenvolvimento econômico e social local é o grande desafio para o poder local no próximo século. Considerando algumas experiências que vêm sendo realizadas nos municípios brasileiros que visam atender este objetivo, aposte em:

- Políticas que criam alternativas de geração de emprego estimulando recursos e potencialidades econômicas do próprio município;

- Políticas de distribuição da renda urbana através da implementação de instrumentos que recuperam para o poder público a valorização imobiliária tais como o IPTU progressivo, solo criado, a contribuição de melhoria;

- Políticas de capacitação que incentivem a auto-organização econômica dos trabalhadores através de cursos, constituição de fundos de fomento, estudos de viabilidade econômica e de impacto sobre o meio ambiente;

- Implantação de programa de renda mínima;

- Implantação de programas de desenvolvimento sócio-cultural, recuperação e preservação da memória histórica;

Todas estas propostas foram debatidas e demandas por vários movimentos sociais e entidades da sociedade civil por décadas de mobilização e organização da população e que defendem para as Cidades e os Municípios:

• O RESPEITO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO SEM NENHUMA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

• RESGATE DA ÉTICA, PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA SOLIDARIEDADE, CONTRA O ENVOLVIMENTO DOS GOVERNANTES E DOS PARLAMENTARES COM A CORRUPÇÃO, A FORMAÇÃO DE MÁFIAS E TRÁFICO DE DROGAS.

• UMA REFORMA URBANA E AGRÁRIA QUE PROMOVA A EQUIDADE SOCIAL E TERRITORIAL E QUE GARANTA A DIVERSIDADE CULTURAL.

• UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

• A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE E DOS MUNICÍPIOS

• A UNIVERSALIDADE, EQUIDADE E INTEGRALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

COMPAREÇA AO LANÇAMENTO E VENHA DISCUTIR A "PLATAFORMA DA CIDADANIA PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS!"

17 DE AGOSTO - 16 HORAS
PLENÁRIO DO CREA/RJ
RUA BUENOS AIRES, 40
4º ANDAR - CENTRO/RJ

ENTREVISTA

Pleno emprego e cidadania

Entrevista com José Carlos de Assis

Jornalista e economista. Autor de vários livros, dentre os quais: "Os mandarins da República (Paz & Terra, 1984); "A dupla face da corrupção" (Paz & Terra, 1984); "O grande salto para o caos", em co-autoria com a professora Maria da Conceição Tavares (Zahar Editores, 1985); e acaba de lançar o livro "A quarta via: a promoção em pleno emprego como imperativo da cidadania ampliada" (Editora Texto Novo, 2000), com prefácio de professor Luiz Gonzaga Belluzzo. Em entrevista ao Jornal dos Economistas aborda o processo de ampliação dos direitos da cidadania e critica as restrições impostas por sucessivas medidas de política econômica, de cunho neoliberal e suas implicações sobre o emprego.

rania e em pleno exercício desta faculdade, ficará eternamente indiferente a uma economia política que lhe cassa o direito de sobrevivência. Isso podia ser possível num contexto de cidadania limitada e de direitos políticos controlados ou manipulados. Num contexto de democracia política e de ampla circulação de informações, a pressão por direitos econômicos a partir de direitos políticos ampliados é meramente uma questão de tempo. E o tempo é cada vez mais curto, justamente por causa da liberdade e da velocidade de circulação de informações.

JE: Contudo, esse não é um fenômeno que se possa qualificar de novo.

JOSÉ CARLOS: Certamente que não. Nova é sua intensidade. Num certo sentido, tivemos uma prévia desse fenômeno nos anos 30, em face da Grande Depressão nos países capitalistas avançados. O desemprego generalizou-se e a crise social assumiu dimensões alarmantes. Não era uma situação de cidadania ampliada (em muitos países, como o Brasil, as mulheres ainda não tinham direito de voto), mas mesmo a situação de cidadania limitada que prevalecia representou uma pressão formidável sobre o sistema de poder político no sentido de mudanças profundas do estado liberal que imperava a partir dos países industrializados. A resposta na Alemanha e na Áustria foi o nazismo, na Itália e em outros países foi o fascismo, no

Brasil foi o autoritarismo de Vargas. Nos Estados Unidos, foi o New Deal.

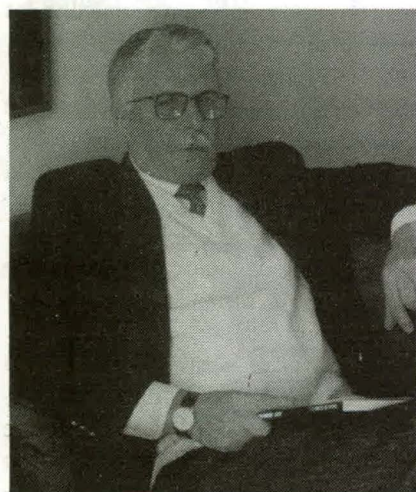
Li uma entrevista recente com John Kenneth Galbraith onde ele aponta o New Deal como o fato político mais importante do século. Eu concordo com ele. Sem subestimar a formidável importância da Revolução de Outubro, eu diria que o New Deal teve uma influência maior sobre os destinos da Humanidade porque inspirou uma mudança de paradigma na política econômica no próprio centro dinâmico do sistema capitalista, praticamente consolidando a civilização que temos hoje nos países avançados, caracterizada pelo chamado estado do bem estar social. É uma inspiração que continua, a despeito do interregno de recidiva liberal – ou neoliberalismo – nos anos 80 e 90. Quando essa onda passar, e no plano político-eleitoral ela já passou nos países centrais, recairemos, queiramos ou não, na trilha do New Deal, ou corremos o risco de alguma variante do fascismo.

JE: Você vê realmente o risco de uma re-áida fascista no Brasil?

JOSÉ CARLOS: Vejo, na eventualidade de que a democracia não dê resposta à demanda de direitos econômicos, notadamente do pleno emprego. Note que a situação do Brasil é diferente da situação na Europa. A praga do neoliberalismo é universal e, do ponto de vista das políticas econômicas, ainda domina largamente as

economias européias, a maioria delas com elevadas taxas de desemprego por padrões históricos. Contudo, os países industrializados têm estruturas sociais herdadas das políticas de natureza social democrata que implementaram no passado. Uma taxa de 10% de desemprego na Alemanha hoje não deixa de ser um incômodo social, mas não chega a ser uma tragédia como era nos anos 30. No Brasil, a taxa atual de 8% de desemprego aberto, e 20% de desemprego efetivo, é uma tragédia social.

Um desemprego dessa magnitude tem, cedo ou tarde, consequências políticas. É que não é apenas o desempregado, mas toda a estrutura social que é afetada pelo desemprego. Os salários caem, como estão caindo, surge o medo do desemprego entre os empregados e a desesperança campeia entre a juventude. É um campo propício para um líder autêntico conseguir respaldo eleitoral para chegar ao poder e impor as mudanças necessárias na política econômica. Mas é propício também para um demagogo inescrupuloso. Ou simplesmente para um enganador ou um despreparado. Note que as eleições que têm sido realizadas de cinco anos para cá, tanto na Europa quanto na América do Sul, têm refletido sistematicamente um desejo de mudança, ou uma contestação frontal ao neoliberalismo. Isso aconteceu na Inglaterra, na Alemanha, na França, mas também na Venezuela e na Argentina. Exceto na França, porém, a nova



JORNAL DOS ECONOMISTAS: Em A Quarta Via, você procura estabelecer uma relação entre a cidadania ampliada e o direito ao pleno emprego. Como isto funcionaria?

JOSÉ CARLOS: O processo de ampliação dos direitos de cidadania tem sido o aspecto político mais marcante no curso deste século. No início, prevalecia uma situação, mesmo em algumas democracias avançadas, em que pobre não votava, mulher não votava, analfabeto não votava, menores de 21 anos não votavam, minorias étnicas não votavam. Mais do que isso, os processos político-eleitorais eram ou viciados ou controlados. Terminamos o século, no Brasil, numa situação em que analfabetos e até jovens a partir de 16 anos votam. Mais do que isso, os meios de informação tornaram-se praticamente universais, democratizou-se consideravelmente o uso dos meios de comunicação e, sobretudo, informatizaram-se os processos eleitorais, limitando drasticamente a possibilidade de fraude do voto.

Nessa situação que chamo de "cidadania ampliada", os direitos econômicos e, em especial, o direito ao trabalho surge como um imperativo político universal. Ninguém vai esperar que o povo, reconhecido como fonte da sobe-

ENTREVISTA

liderança não deu conta de pôr em prática uma política econômica voltada para o pleno emprego.

JE: É aí que está o risco do fascismo?

JOSÉ CARLOS: Na Europa não, como eu disse, mas nas frágeis democracias políticas e sociais da América do Sul sim. E não é uma questão ideológica, é uma questão de desempenho. O único governo conservador (ou ortodoxo) que não foi varrido do poder na Europa continental foi o da Espanha de José Maria Aznar. Acontece que o desempenho de Aznar no primeiro mandato foi simplesmente espetacular. Os socialistas de Felipe Gonzalez, vergonhosamente, haviam deixado uma taxa de desemprego de inacreditáveis 22%. Aznar, em quatro anos, baixou a taxa para 15%. Ainda grande, mas baixou. Venceu por larga margem as últimas eleições. De La Rúa ganhou bem as eleições argentinas. Mas a cidadania ampliada da Argentina não se conformará caso ele se limite a repetir Menem com outra cor partidária. Mesmo na Venezuela, quando se esgotar o ciclo infinito de eleições, a cidadania ampliada vai exigir seus direitos econômicos. Nesses dois países, a taxa de desemprego está acima de 14%. Como só haverá novas eleições presidenciais daqui a cinco anos, é impossível saber o que poderá acontecer no interregno.

O fato é que as novas lideranças pós-neoliberalismo na Europa e na América do Sul não estão identificando claramente qual é o nó da política econômica que tem que ser desatado. As economias estão sob a condução de uma espécie de piloto automático ortodoxo-conservador, construído na época da hegemonia neoliberal na União Européia e cristalizado no Tratado de Maastricht. Isso vai ser muito difícil de mudar lá, a não ser por efeito de uma crise social e política muito grande. Este piloto automático continua acionado na Argentina, na Venezuela e em outros

países da América do Sul, independentemente dos recados dados pelas urnas, enquanto no Brasil o piloto é a própria plutocracia econômica cosmopolita. Trata-se, porém, de uma política econômica desempregadora. Leva à crise social, a crise social tende a levar à instabilidade política, e esta suscita uma reação, que tanto pode ser um New Deal sul-americano – que defendo em *A Quarta Via* – ou alguma vertente do fascismo, de forma a conciliar crise social e ordem política.

JE: Você mencionou que os líderes que se elegeram contra o neoliberalismo não estão encontrando nó a ser desatado na política econômica? Qual é esse nó?

JOSÉ CARLOS: A política econômica neoliberal se caracteriza por restrições fiscais (redução do gasto público) e restrições monetárias (crédito apertado e caro). Estes são os dois nós a serem desatados – temos que liberar os gastos públicos e baratear e generalizar o crédito. No Brasil, isso levaria certamente a uma crise no balanço de pagamentos, o que impõe o controle temporário do câmbio – pelo menos até que um programa realmente eficaz de promoção de exportações nos possibilite a liberação planejada, num futuro de três a quatro anos. Deve ser entendido que esse intervencionismo, que pode levar a uma renegociação também da dívida externa, não é um fim em si: é um meio para retomar o crescimento econômico a altas taxas e acabar com o desemprego. O que, insista-se, é uma exigência da cidadania ampliada.

JE: Mas isso não traria de volta a inflação?

JOSÉ CARLOS: De forma alguma. A inflação brasileira dos anos 70 para cá nunca foi um pro-



blema fiscal ou mesmo monetário. O crédito interno no Brasil vem se restringindo desde meados dos anos 70 e hoje está no nível ridículo de 25% do PIB. (Nos países industrializados, costuma ser de mais de 100%). Tivemos uma situação de inflação elevada por duas razões básicas: a indexação

generalizada e a economia fechada. O controle da inflação foi o resultado da desindexação (parcial) e da abertura comercial (excessiva até com câmbio estável ou valorizado. Se pudermos manter um grau adequado de concorrência, pela abertura comercial, com câmbio estável (controlado), há folga para uma política fiscal e uma política monetária expansivas, sem risco de recidiva inflacionária.

JE: Mesmo com pleno emprego, ou próximo dele?

JOSÉ CARLOS: É certo que uma situação teórica de pleno emprego, ou próxima dele, pode desencadear uma inflação de custos. Contudo, diante do imperativo político de promover o pleno emprego, a alternativa é evitar uma inflação de custos por meio de um pacto social, como ocorreu largamente na Europa do pós-guerra. No meu livro, discuto longamente as características contratuais do capitalismo moderno. As relações de produção no âmbito do Contratualismo dissuadem a radicalização dos conflitos. Ademais, o trabalhador tem uma dupla dimensão, a de força de trabalho organizada e a de cidadão. Como força de trabalho organizada, via sindicatos, quer os maiores salários possíveis. Como cidadão, quer inflação baixa. O pacto ou novo contrato social é a forma de conciliar essas pressões contraditórias.

JE: Isso não é um tanto fantasioso, ou idealista?

JOSÉ CARLOS: Não, é polí-

tica. Estamos diante de um imperativo: promover o pleno emprego. A liderança política tem que conciliar isso com a necessidade de manter a economia estável. Os liberais resolvem isso de uma forma muito simples, e draconiana, alegando que o desemprego é efeito dos salários elevados. Flexibilizem os salários, flexibilizem o mercado de trabalho – dizem eles –, e o desemprego acabará. Nos modelos econômicos isso tem uma certa elegância, pois tudo parece automático e limpo. Na prática, é uma balela, pois a coisa simplesmente não funciona, como não funcionou nos anos 30. Mesmo porque o trabalhador, na condição de cidadão, não está disposto a aceitar redução salarial.

Por certo que, num sociedade complexa, o processo de negociação interclasses é necessariamente complexo. Contudo, estamos numa sociedade de informação. Na perspectiva da democracia política consolidada, os conflitos sociais não precisam necessariamente de assumir forma radicalizada, pois, antes de chegar no limite, há suficiente informação para funcionar como força dissuasória, seja no nível das empresas, seja no nível da política econômica. Note que em meados da década de 70, antes do impeachment, Nixon tentou estabelecer uma política de rendas nos Estados Unidos para controlar a inflação. Não conseguiu. O preço que os trabalhadores e a própria sociedade iriam pagar por esse fracasso foi grande: a brutal política de juros altos a partir de 79, levando a um desemprego recorde.

JE: Mas os Estados Unidos recuperaram-se da recessão e, nesta década, sem pacto social, entraram no mais prolongado ciclo de crescimento com as menores taxas de desemprego.

JOSÉ CARLOS: É verdade. Entretanto, isso introduz uma espécie elemento esquizofrênico na gestão econômica norte-americana, pela qual toda vez que a taxa de desemprego aumenta a bolsa

ENTREVISTA

entra em euforia, e toda a vez que a taxa de desemprego cai a bolsa cai junto. Em suma, existe uma taxa mágica de desemprego, ali por volta de 4%, que sinaliza o risco de inflação e leva o Banco Central a aumentar os juros. Aparentemente a sociedade norte-americana tolera essa taxa. No meu entender, essa taxa ainda poderia baixar mais sem inflação, pois o que tem controlado a inflação norte-americana é o mercado aberto à concorrência estrangeira, levando a espetaculares déficits comerciais. E isso não deve mudar.

Por outro lado, é preciso notar que os Estados Unidos jamais restringiram sua política fiscal por razões de ortodoxia econômica, como fez a maioria dos países europeus. O déficit fiscal caiu por efeito do crescimento da economia e da arrecadação, assim como pela redução drástica da taxa de juros, e não por cortes sistemáticos e continuados nos gastos sociais do Estado. Isso pôs a economia numa rota virtuosa, já que as taxas de juros baixas estimularam o consumo e o investimento, inclusive o

investimento misto, público e privado, nas novas tecnologias de informação, que deram um formidável impulso ao setor terciário, grande empregador. Podemos dizer que, exceto para uma redução ainda maior na taxa do desemprego, os Estados Unidos fizeram um pacto social no nível da política econômica.

JE: Voltando ao Brasil, você vê perspectivas de mudança da política econômica no sentido do pleno emprego no Governo FHC?

JOSÉ CARLOS: Não. A política econômica atual está cristalizada, exceto pela emergência de uma formidável pressão de massa contra o desemprego, que não é de todo impossível. A mudança não será fácil, inclusive num futuro governo. Os condicionantes externos e internos são formidáveis, pois estão concentrados na política monetária e financeira, que é a própria linguagem interna do capitalismo. Mas acredito, a médio prazo, na pressão da sociedade civil e das massas. O projeto pode ser levado ao Congresso por ini-

ciativa popular, o tema precisa ser debatido.

A importância desse projeto é que estabelece uma espécie de divisor de águas entre as correntes políticas no que diz respeito ao desemprego. Todo mundo é favorável ao emprego, assim como todo mundo se diz contra o desemprego. Mas o projeto estabelece as linhas da política econômica que deve ser seguida para promover o pleno emprego. É uma fórmula propositiva. Não dá para ficar a favor só na retórica, porque estabelece um compromisso, que é um confronto direto com a atual política econômica. E deixa as pessoas naquela situação mencionada por Gramsci, da qual elas só podem recuar com desonra.

JE: Você acha que a luta pelo pleno emprego pode vir a tornar-se um movimento de massas?

JOSÉ CARLOS: Claro. Observe que não estamos tratando de uma questão que é importante apenas do ponto de vista ético. Até o século XIX podia-se dizer que o desemprego, ou a falta de trabalho

para garantia de subsistência, era um problema sobretudo ético. De meados do século XIX para cá, tornou-se também um problema social, que incomodava a ordem pública. No século XX, foi percebido como um problema econômico, na medida em que reduzia a capacidade de produção e reprodução de riqueza. Agora, contudo, é uma questão política central: a promoção do pleno emprego é um imperativo da cidadania ampliada, na medida em que a conquista deste direito econômico fundamental é a primeira prioridade do cidadão investido de plenos direitos políticos.

Na medida em que as pessoas percebiam a relação entre política econômica e desemprego – o que é banal para nós, economistas, mas nem sempre é claro para os leigos –, teremos o caldo de cultura para transformar a sensação difusa de desconforto com a própria perspectiva de vida, que hoje impera entre jovens e adultos, homens e mulheres, num movimento de massas capaz de dar novo curso à condução política do país.

EVENTO

6^{as} JORNADAS DE ENGENHARIA DOS PAÍSES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA

13 A 15 DE SETEMBRO DE 2000
Rio de Janeiro - Brasil

Voltam a realizar-se no RJ as Jornadas de Engenharia dos Países de Língua Oficial Portuguesa, por feliz coincidência no ano em que se comemoram os 500 anos do Descobrimento do Brasil. Profundas alterações vêm ocorrendo no cenário mundial com grandes repercussões no exercício da engenharia. No caso particular brasileiro, a redução da intervenção estatal e a abertura ao capital estrangeiro promoveram a vinda de inúmeras empresas, inclusive portuguesas. Examinar as oportunidades criadas pela globalização é um dos principais objetivos deste evento, para cujo êxito muito contribuirá a sua participação.

PRAZO PARA ENTREGA DAS COMUNICAÇÕES:

Comunicações: até 31/08/2000, apresentadas em, no máximo, 5 páginas

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:
Clube de Engenharia - Av. Rio Branco, 124 - Centro - Rio de Janeiro - Telefone (21) 509-6177 - Fax (21) 507-1334/232-3263 - E-mail: clubeng@montreal.com.br

PATROCÍNIO: Banco Boavista
APOIO: FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Se você está
interessado
em estudar



**Perícia Trabalhista,
Perícia Judicial e
Matemática Financeira**

inscreva-se já no IERJ

**Vagas limitadas
para o segundo
semestre**

Tel. 509-1077 • Fax 509-8121

ierj@ax.apc.org

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Dando continuidade a nosso trabalho de acompanhamento do orçamento municipal, o Fórum traz na página deste mês uma análise histórica do comportamento orçamentário da Secretaria de Saúde. Leia também sobre a crescente repercussão do Fórum na mídia. E ainda nossa homenagem a Barbosa Lima Sobrinho, um aliado na defesa do orçamento participativo.

O FÓRUM NA MÍDIA

Estivemos na mídia em dois jornais de grande circulação e prestígio – *Jornal do Brasil* na edição de 18 de julho do corrente e no dia seguinte na *Folha de São Paulo*.

No *Jornal do Brasil* foi enfocada a questão da dívida do município carioca sob o título “Rio terá que elevar imposto”, destacando o salto de 100% da dívida de R\$2,3 bilhões em 1996 para os atuais R\$4,6 bilhões. A jornalista procurou o Fórum e a Fundação Getúlio Vargas para analisarem os efeitos dessa dívida sobre a próxima administração municipal. Enquanto Istvan Kasnar (FGV) credita a evolução da dívida às obras feitas e pelo crescimento da oferta de serviços públicos, para Luiz Mario (Fórum) a situação delicada das finanças municipais tem origem na emissão de títulos em 1993, que com a elevação da taxa de juros, teve seu valor disparado. O resultado foi uma perda da capacidade de investimento da cidade e uma renegociação, mal feita e às pressas, com o governo federal. Os dois economistas acreditam na necessidade de uma nova renegociação.

Já na edição de 19 de julho o *jornal Folha de São Paulo* destacou “Conde quer elevar gasto com publicidade em 3.170%” com o seguinte subtítulo “Prefeito corta verbas da área social e aumenta despesas com propaganda de R\$ 406 mil para R\$13,2 milhões”. A matéria feita com dados fornecidos pelo Fórum Popular do Orçamento – já publicados em nossa página – demonstrou como o prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde (PFL), candidato a reeleição, fez várias alterações no orçamento através dos remanejamentos. Assim, beneficiou o supracitado programa em detrimento de outros do tipo: “Vem Pra Casa”, criado a partir de 1994 para atender crianças de rua, em resposta à chacina da Candelária. Cabe lembrar que o pivô do trágico seqüestro do ônibus 174 no bairro Jardim Botânico, ocorrido em junho deste ano, é um sobrevivente daquela outra tragédia. A matéria teve o cuidado de procurar o “outro lado”, no caso o prefeito, que respondeu da seguinte forma: “Os vereadores cortam verbas do gabinete do prefeito e depois dão uma margem de 15% para remanejamentos. Eu uso essa margem para recompor o orçamento original.” Mas claro impossível. Com a palavra o Poder Legislativo.

O BRASIL FICOU MENOS BRASILEIRO

É com profundo pesar que registramos o falecimento no dia 16 de julho de um dos maiores brasileiros do século XX, o jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, o Dr. Barbosa como era respeitosamente chamado, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A biografia do Dr. Barbosa dispensa maiores comentários por isso apenas destacaremos uma parte do seu relacionamento com o Fórum. Reproduziremos abaixo um parágrafo de um texto do Dr. Barbosa – inédito – encomendado por nós para prefaciá-lo nossa futura cartilha sobre orçamento em nível nacional.

“Na elaboração dos orçamentos públicos – e em especial os municipais – o eleito deve ter voz ativa, discutindo, analisando e fiscalizando a sua execução. Sem essa ativa participação, a democracia passa ser um mero jogo eleitoral, onde disputas paroquiais influem negativamente nos verdadeiros interesses da coletividade. Participar é tão importante quanto votar. E é com a participação ativa que se constrói a verdadeira democracia social.”

O FÓRUM E A BAND

O Fórum foi convidado (e aceitou) a ser um dos entrevistadores no debate entre os candidatos a prefeito do Rio de Janeiro promovido pela Rede Bandeirantes de Televisão que se realizará no próximo dia 21 de agosto do corrente. Foram iniciadas também negociações com vistas à participação das entidades que compõem o Fórum num possível debate no segundo turno.

Desde já, as reuniões do Fórum se dedicarão à preparação dos questionamentos a serem feitos aos candidatos.

A SAÚDE EM NÚMEROS

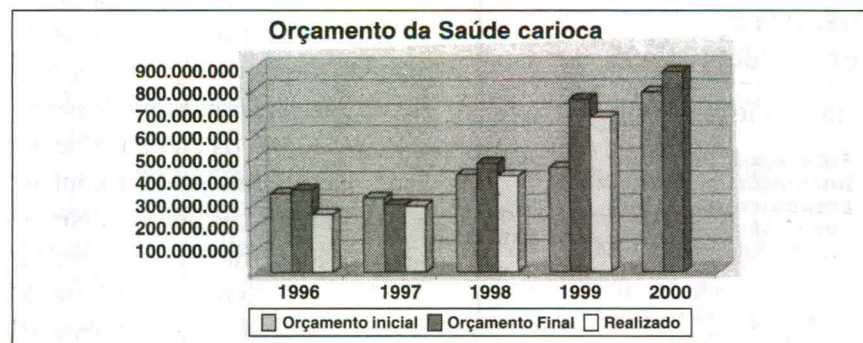
A Secretaria Municipal de Saúde não é o tipo de órgão que se pode fazer generalizações a respeito da evolução de suas contas. Durante os últimos cinco anos, o orçado inicial sofreu reforços, terminando o ano, na maioria das vezes, com uma dotação final superior à inicial. Mas como toda regra, há exceção.

Em 1996, ainda sob a administração anterior, a dotação inicial da secretaria – pouco mais de 346 milhões – foi acrescida ao longo do ano em mais de 16 milhões. Isto seria inegavelmente positivo, se o reforço tivesse sido usado. Ao contrário, a despesa realizada ao final do ano foi ainda inferior à dotação inicial (realizado de R\$ 252,75 milhões), representando apenas 70% da despesa prevista.

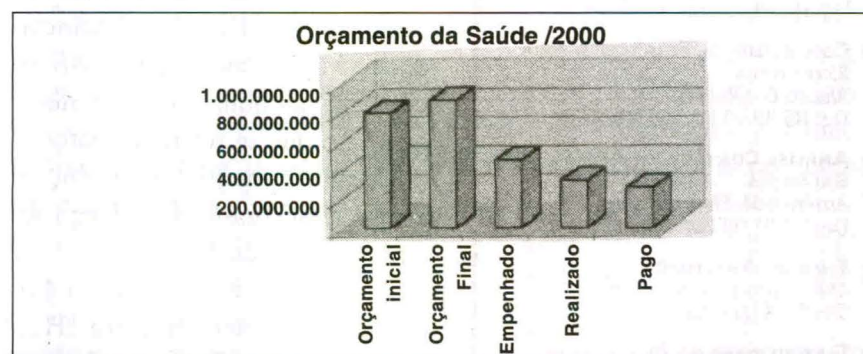
No ano seguinte, 1997, já sob a administração atual, o orçamento passou por uma reorganização – comum em início de mandato – e o da secretaria de saúde não ficou imune a este processo: a dotação inicial, 328 milhões, sofreu diversos cortes, chegando a uma dotação 10% menor que a votada pela Câmara Municipal. Esta dotação foi quase integralmente despendida. Este realizado é superior ao do ano anterior.

O exercício de 98 foi semelhante ao de 96, com reforços não utilizados. O autorizado inicial da Secretaria de Saúde foi acrescido ao longo do ano em mais de 50 milhões. Porém, como, em 96, o realizado de 420 milhões não alcançou sequer o orçado inicial que era pouco mais de 426 milhões.

O ano passado destacou-se por um comportamento orçamentário diverso de todos os outros anos. No início do exercício, estava autorizado um gasto de pouco mais de 450 milhões de Reais, mas com a municipalização dos hospitais, houve um repasse de 357 milhões do Fundo Municipal de Saúde para a secretaria em questão. A soma deste repasse com a dotação inicial totalizava 841 milhões, mas de fato a dotação final foi de 757 milhões, dos quais 90% foi realizado.



Neste ano, a secretaria possui um orçado inicial de R\$ 786.721.133, para um total de 66 programas de trabalho. Destes, 17 sofreram cortes em suas dotações iniciais, e 14 foram reforçados. Essa dotação inicial já foi acrescida em 12%, tendo agora um montante de R\$ 879.819.898, do qual pouco mais da metade encontra-se empenhado. Até o momento, já passamos da metade do exercício, apenas 36% do orçado foi realizado, e destes R\$ 319.919.487,74 foram pagos R\$ 269.311.899,72.



FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti, Mayra Juruá e Fernanda M. Jones Náder, sob supervisão de Luiz Mário Behnken.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

CORECON: Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 – Tel. (21) 232-8178 – Fax (21) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org • Home page: <http://www.economistas.com.br>

Lista de discussão do Fórum: forumrio@rits.com.br

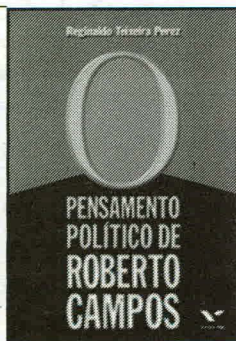
RESENHA

de Reinaldo Gonçalves

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30



O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

- ▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**
Jorge V. Monteiro
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20
- ▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70
- ▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10
- ▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60
- ▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Alvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- ▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70
- ▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**
Mario Henrique Simonsen
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50
- ▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**
José M. Camargo
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40
- ▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**
Jairo M. Nicolau
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

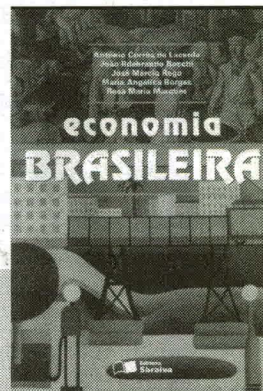
Economia brasileira

O panorama bibliográfico brasileiro na área de economia foi enriquecido com a publicação do livro *Economia Brasileira*, obra coletiva de professores da Faculdade de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Este é um livro de evolução econômica do Brasil, que cobre 5 séculos de história, e apresenta uma análise do Brasil na atualidade.

O livro tem várias qualidades. A primeira é a homogeneidade do texto, que surpreende tendo em vista que o livro é uma obra coletiva de economistas de renome, com diferentes estilos e especializações. Todos que já participaram de obras coletivas sabem da enorme dificuldade que é homogeneizar contribuições de autores diversos. Neste sentido, longe de ser uma colcha de retalhos, o livro tem como uma grande qualidade que é a homogeneidade de "prosa e verso".

A segunda qualidade do livro é o equilíbrio entre as diferentes partes da história econômica do País. Há um balanço extraordinário em termos do tamanho dos capítulos com relação à relevância dos temas. De modo geral, não se constata nenhuma ausência marcante no que se refere aos fatos e problemas principais da evolução da economia brasileira ao longo de cinco séculos de história.

A terceira virtude do livro é o aspecto didático da obra. Há, novamente, um balanço adequado entre análise histórica, empírica e descritiva. O tratamento analítico-teórico é perfeitamente acessível para estudantes que iniciam cursos universitários. O aspecto didático é muito enriquecido com o conjunto de questões que acompanham o final de cada capítulo. Recomenda-se aos estudantes que, antes de iniciarem a leitura



LACERDA, Antônio Corrêa de;
BOCCHI, João Ildebrando;
REGO, José Márcio;
BORGES, Maria Angélica;
MARQUES, Rosa Maria.
Economia Brasileira.
São Paulo: Saraiva, 2000

de cada capítulo, façam uma leitura atenta das questões para revisão apresentadas pelos autores. Este é, sem dúvida alguma, um dos pontos altos do livro.

A quarta qualidade do livro é a fluidez da prosa. Frequentemente, livros didáticos sofrem da desvantagem de uma prosa truncada e sobrecarregada de uma erudição desnecessária. O estilo do livro é marcado pela objetividade e pela concisão. Os boxes usados pelos autores facilitam enormemente o entendimento de temas mais técnicos ou específicos.

O quinto aspecto positivo do livro é a qualidade gráfica e editorial. Textos, tabelas, fotos, boxes são apresentados de uma forma muito correta, útil e agradável para leitura e aprendizado. Gráficos e desenhos (tipo pizza) horrorosos que só enfeitam e atrapalham não são encontrados no livro, para felicidade dos leitores. Temos, assim, uma edição sóbria e elegante.

Por fim, a obra tem a virtude apresentar um equilíbrio significativo no que se refere à análise crítica. Os autores procuram, de modo geral, confrontar as diferen-

tes visões, teorias ou interpretações, sem abandonar uma perspectiva crítica. A calibragem da análise crítica é particularmente importante no caso de livros-texto para alunos dos primeiros anos de cursos de graduação. A bibliografia apresentada e tratada pelos autores mostra, claramente, este equilíbrio na interpretação dos fatos históricos.

A obra está dividida em seis partes. A primeira trata da economia colonial e é uma *bird's eye view* do sistema colonial, mercantil e escravocrata dos séculos XVI—XIX. Esta parte do livro combina abrangência do tratamento histórico e temático, com concisão e rigor conceitual e analítico.

A segunda parte analisa especificamente a expansão cafeeira e as origens do processo de industrialização. Nesta parte há uma discussão muito clara sobre o sistema de financiamento da produção cafeeira e a relação entre fazendeiros e comerciantes de café. Os autores usam com precisão tanto as fontes bibliográficas clássicas como as análises mais recentes. Outra virtude desta parte é o enfoque de classes. O destaque fica por conta das origens sociais dos primeiros industriais brasileiros, bem como dos conflitos e convergências de interesses que havia entre as classes dominantes. Ressalta-se, ainda, a análise do papel desempenhado pelas empresas estrangeiras no início do processo de industrialização do Brasil.

A terceira parte trata especificamente do processo de industrialização substitutiva de importações, que vai de 1930 até o final dos anos 70. Nestas seis décadas de história econômica, o Brasil experimenta uma transformação radical da sua estrutura produtiva. De economia primário-exportadora, o

RESENHA

País passa a ter uma das estruturas econômicas mais completas do mundo, principalmente, no que diz respeito ao aparelho produtivo industrial.

A quarta parte do livro analisa a desestabilização macroeconômica dos anos 80, com ênfase na crise da dívida externa e das contas públicas, e na inflação. A análise concisa e objetiva dos planos de estabilização é particularmente útil, bem como a síntese das interpretações sobre a inflação brasileira no período.

A quinta parte examina os anos 90, sendo que a ênfase é colocada no processo de liberalização comercial, cambial e financeira, que se iniciou no governo Collor e se aprofundou no governo FHC. Nesta parte há, também, um exame detalhado da evolução do Plano Real, bem como uma avaliação do processo de privatização e do aumento dos fluxos de investimento externo direto. O equilíbrio da análise crítica, ponderando argumentos a favor e contra, é uma virtude marcante desta parte do livro.

A sexta e última parte da obra apresenta um retrato do Brasil atual. Além de um interessante exame de indicadores de crescimento e desenvolvimento, há uma análise do novo padrão demográfico. Nesta parte, o destaque é a análise das transformações no mercado de trabalho e da questão da previdência social. O livro discute questões fundamentais para entender a realidade econômica e social do Brasil no momento atual. Dentre estas questões temos, por exemplo, a relação existente entre a crise da previdência social e a deterioração das condições do mercado de trabalho.

Não há dúvida que o leitor fica plenamente satisfeito com os resultados. É difícil perceber alguma lacuna no livro em termos de tratamento temático. Uma exceção, talvez, seja a questão agrária. As

mudanças estruturais na agricultura brasileira, bem como a força do movimento social pela reforma agrária são dois fatos que levam os economistas a ter interesse no tema. Este é um problema estrutural da economia e da sociedade brasileira.

Outra ausência observada no livro refere-se à questão da distribuição de riqueza e renda. Os efeitos distributivos da evolução econômica do Brasil em suas diversas fases não são tratados na obra. Afinal de contas, economia não é somente um problema de produção, renda, preços ou alocação, mas também de distribuição. Esta observação é, naturalmente, uma platitudo para os autores do livro que, além de especialistas de renome, têm um enfoque orientado para a Economia Política. A constatação acima fica, somente, como uma recomendação para as novas edições do livro que, certamente, ocorrerão no futuro próximo.

A obra é, naturalmente, de história econômica, com um tratamento analítico preciso e intelectualmente sofisticado e, ao mesmo tempo, altamente didático. É uma obra de grande mérito, que tem um grande apelo para uso nos cursos de Introdução à Economia e de Formação Econômica do Brasil. Este livro pode ser usado com enorme proveito nos cursos básicos de Economia, e em outras áreas como Direito, Engenharia, Servi-

ço Social, Comunicação, etc.

Neste sentido, o livro surge como um forte competidor para outro livro de qualidade que é *Economia Brasileira Contemporânea* de Marco A. S. de Vasconcellos, Amaury P. Gremaud e Rudinei Toneto Jr., economistas da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, e publicado pela Editora Atlas. Há, entretanto, uma diferença marcante de enfoque. No livro dos economistas da USP a ênfase é colocada nos principais temas da Economia, que se recebem o tratamento conceitual e analítico específico e, em seguida, há uma análise da situação brasileira. O livro dos economistas da PUC, por seu turno, tem um corte nitidamente histórico. Estes livros apresentam, então, uma relação de complementaridade que é muito útil no processo de aprendizado.

Para concluir, o livro *Economia Brasileira* dos economistas da PUC de São Paulo é altamente recomendado tanto para cursos de Economia como para outras áreas, pelas suas inúmeras qualidades. O fato de economistas e pesquisadores de renome se engajarem na produção de obras didáticas é um claro sinal de maturidade da profissão e do nível de desenvolvimento dos cursos de Economia no Brasil.

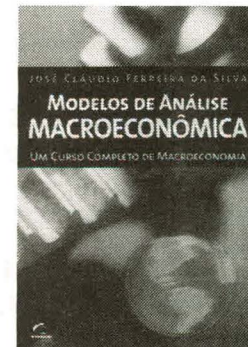
Reinaldo Gonçalves é professor Titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e conselheiro do Corecon/RJ.

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas sempre às **terças-feiras, de 12h às 14h** na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535 ou na sede do **Corecon, de 16h às 18h** (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análise em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica, Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática* - Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*, Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna - textos de economia Keynesiana*. De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia - Princípios de Micro e Macroeconomia*, Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens*, Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*, CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.
Tel: (0xx21) 232-8178

EVENTO

XVIII SINCE – SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA

“CONSTRUINDO O PROFISSIONAL DO SÉCULO XXI”

OURO PRETO – MG

“Refletir sobre questões do profissional economista e sobre o papel que a ele cabe frente à situação sócio-econômica do país, maior qualidade no ensino de economia e discussão sobre o campo de atuação dos Conselhos de Economia são temas a serem abordados no Evento. O objetivo maior é a consolidação de um campo múltiplo, amplo e nacional de intercâmbio de idéias para contribuir com o desenvolvimento de um padrão de reflexão e atitudes críticas dos nossos profissionais.”

GRUPOS DE TRABALHO

ITEM 1

- Flexibilização dos Currículos (Estágio Obrigatório)
- Avaliação da Qualidade (Provão) e Métodos Alternativos
- Requalificação Profissional

ITEM 2

- Desregulamentação Profissional (Comissão Since)

ITEM 3

- Impactos do Desenvolvimento Econômico no Mercado de Trabalho do Economista/Mercosul
- Profissões correlatas e a Economia- Interdisciplinaridade e Novos Requisitos do Mercado de Trabalho

CURSOS

- A) **Conjuntura Econômica: Uma Visão Estratégica**
Instrutores: Cândido Fernandes, Carlos Sidney e Adriano Míglia - UFMG
- B) **Orçamento Participativo: Uma Abordagem Democrática do Orçamento Público**
Instrutora: Maria Auxiliadora Gomes - Secr. Mun. de Planejamento/PBH
- C) **Elaboração e Análise de Projetos**
Instrutor: Paulo Roberto Paixão Bretas - TV Alterosa

Informações Gerais:

LIRIUM COMUNICAÇÃO

Rua Deputado Manoel Costa, 120 - São Bento
 CEP 30350-380 - Belo Horizonte - MG
 Tel: (31) 342 3888 - Fax: (31) 342 3491
 E-mail: lirium.bh@zaz.com.br

PROGRAMAÇÃO

Dia 06 de setembro – Quarta-feira

- 14:00 horas - Credenciamento
 19:00 horas - Solenidade de Abertura
 Homenagem ao Prof. Carlos Lessa
 Prof. João Antonio de Paula (MG)
 21:00 horas - Coquetel de Boas Vindas

Dia 07 de setembro – Quinta-feira

- 09:00 horas - **Painel: “Formação do Economista e Currículo Mínimo: nova LDB”**
 José Luiz Pagnussat (DF/ANGE), Luiz Antônio Macedo (MG)
Presidente de Mesa: Antônio Carlos da Silva Barreto (BA)
- 10:30 horas - Coffee-break
 11:00 horas - Grupos de Trabalho item 1 (vide relação)
 Cursos (vide relação)
- 13:00 horas - Intervalo de Almoço
 14:30 horas - **Painel: “A Reorganização do Sistema Cofecon/Corecon’s”**
 Maria Inês Cervenka de Freitas (PR)
Presidente de Mesa: Luiz Antônio Rodrigues Elias (RJ)
- 15:30 horas - Coffee-break
 16:00 horas - **Conferência: Panorama da Inserção Internacional: Relatório 2000**
 Viviane Ventura Dias (CEPAL/Santiago)
- 17:00 horas - Grupo de Trabalho do item 2 (vide relação)
 17 às 19:00h - Cursos (vide relação)
 19:30 horas - Conf
 21:00 horas - **Apresentação: Carta de Responsabilidade Econômica-Social - PEC nº 184/99**
 Deputado Aloízio Mercadante (PT/SP)

Dia 08 de setembro – Sexta-feira

- 09:00 horas - **Painel: “O Mercado de Trabalho e o Perfil do Economista”**
 Maria Teresa Audi (SP), João Sabóia (RJ)
Presidente de Mesa: Maria Aparecida Grendene de Souza (RS)
- 10:30 horas - Coffee-break
 11:00 horas - Grupos de Trabalho do item 3 (vide relação)
 Cursos (vide relação)
- 13:00 horas - Intervalo para Almoço
 15:00 horas - Conclusão dos Relatórios dos Grupos de Trabalho (exclusivo aos relatores)
Apresentação: Proposta de Fundo de Pensão para os Economistas
- 15 às 18:00h - Cursos (vide relação)
 17:00 horas - Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho do item 1
 18 às 19:00h - Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho do item 2
 21:00 horas - Festa de Confraternização

Dia 09 de setembro – Sábado

- 09:00 horas - Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho do item 3
 10:00 horas - Coffee-break
 15:30 horas - Plenária Final

Realização: COFECON & Casa do Economista/Corecon-MG

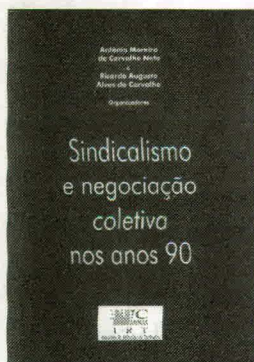
Apoio: Prefeitura de Ouro Preto, Ouro Preto/Bureau de Informação e Divulgação Turística, Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, Sociedade de Economistas de Minas Gerais/SEMG

Patrocínio: SAMARCO - BDMG

Secretaria Executiva: LIRIUM Comunicação

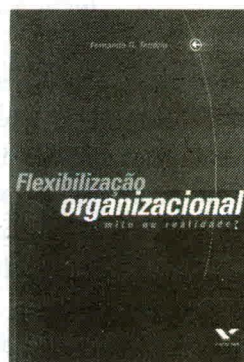
Agência de Turismo: FLYTOUR

ABRE ASPAS



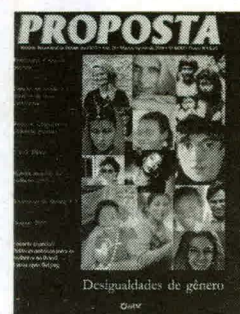
SINDICALISMO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA NOS ANOS 90 - Organizadores: Antonio Moreira de Carvalho Neto & Ricardo Augusto Alves de Carvalho - Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998. A PUC/MG, vem desenvolvendo atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o Mundo do Trabalho, com o intuito de contribuir para o avanço das práticas negociais entre empresários, sindicalistas, organizações governamentais e ong's. Os três seminários realizados no segundo semestre de 98 pelo IRT produziram amplo debate resultando neste livro, com artigos sobre sindicalismo internacional e brasileiro nos anos 90, suas perspectivas e desafios. Trata-se de publicação que reúne especialistas, sindicalistas e empresários, nacionais e estrangeiros, em um momento de rápidas e complexas transformações mundiais nas relações do trabalho. Pela profundidade com que os temas são apresentados e diversidade das abordagens dos autores, acreditamos estar oferecendo, a todos quantos se interessam pela área, uma obra indispensável para a compreensão do quadro atual e de uma nova agenda para relações negociais coletivas, inseridas em "novas maneiras" de regulação da produção.

FLEXIBILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL, MITO OU REALIDADE? - Autor: Fernando G. Tenório (Prof. Adjunto da EBAP/FGV e Coordenador do Programa de Estudos em Gestão Social). Editora: FGV/1ª edição/2000/360 pág./R\$36,00. A obra propõe-se analisar como está sendo implementada, nas empresas, sob a perspectiva de uma ação gerencial dialógica, a incorporação de tecnologias da informação (interação da eletrônica, da informática e das telecomunicações). O autor preocupa-se em desenvolver a pesquisa analisando o envolvimento dos empregados no processo de planejamento e/ou implantação da modernização organizacional através da tecnologia da informação e dá dinâmica ao texto, adotando um método de trabalho de orientação qualitativa e de estudo de casos desenvolvido em quatro empresas brasileiras. O grande trunfo da obra está em contribuir para a conscientização da importância do envolvimento do fator humano nos resultados das empresas. Outras informações: editora@fgv.br



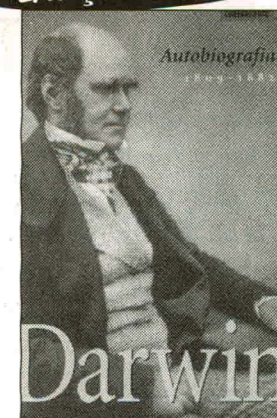
O MERCADO DE DERIVATIVOS FINANCEIROS - Octávio Bessada (Autor de "O Mercado futuro e de opções") - Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo/2000 - 304 páginas - R\$ 25,00. O Livro do professor Octavio Manuel Bessada Lion aborda todos os principais produtos negociados nos mercados futuros: os juros, o câmbio e a bolsa. Explica seus mecanismos operacionais, cálculo dos ajustes diários, corretagens, margens de garantia, etc. E, em um nível mais elevado, as estratégias conhecidas como "operações de arbitragens". As operações de swaps, contratos futuros e de opções também são abordadas. A seguir, a obra trata do mercado de opções, o segmento financeiro que mais cresce no planeta. Seu conceito, suas operações de caixa e financiamento são explicados, assim como o Modelo de Black & Scholes, Nobel de economia de 1998. Outras informações: tel: (21) 580-2000 - <http://www.record.com.br>

PROPOSTA - Revista Trimestral de Debate da FASE - Ano 29 - Março/Agosto de 2000 - Nº 84/85 - R\$8,00. Encarte Especial: Políticas públicas para as mulheres no Brasil 5 anos após Beijing. Excepcionalmente, nesta edição de Proposta, estão reunidos dois números para melhor garantir a unidade de tratamento do tema que engloba as seguintes questões: Feminismo e sujeito político; Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma; Nossos genes nos pertencem! Biotécnica, feminismo e violência genética; Rede Dawn - Development Alternatives with Women for a New Era; Marcha Mundial de Mulheres 2000; Entrevista Wânia Sant'Anna; Monitorar a ação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) na perspectiva da equidade de gênero. Os sentidos e desafios da Iniciativa; Gênero, Políticas Públicas e Cidadania: uma experiência urbana na Baixada Fluminense; Orçamento Participativo: panorama geral e referenciais sobre gênero e raça; Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável e Eleições 2000 - cotas para ampliar a presença da mulher nos espaços do poder político. Informações e Vendas: Rua das Palmeiras, 90/Botafogo/RJ - CEP: 22270-070 - Tel: (21) 286-1441



LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



Autobiografia (1809-1882)
128 páginas • Charles Darwin
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.
Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.
Reinhard Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.
Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

Discursos e Relatórios na Convenção - 204 p.
Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

O manifesto comunista - 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielschowsky
Preço com desconto: R\$ 25,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel./Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

CAMPANHA

A DÍVIDA EXTERNA E O PLEBISCITO

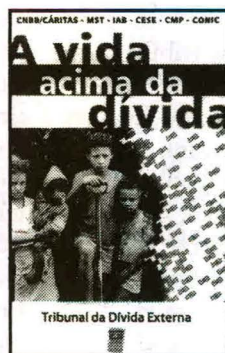
Em setembro, entidades dos mais variados matizes ideológicos, desde partidos, sindicatos, ONG's, CORECON/RJ, SINDECON/RJ, IERJ, além de instituições político-religiosas como a CNBB, promoverão o plebiscito contra a dívida externa. De dois a sete de setembro, os brasileiros terão a oportunidade de opinar a respeito da dívida que consome nada menos do que U\$ 1.493,12 ou R\$ 2.762,28 por cada um dos 160 milhões de cidadãos deste imenso país.

Segundo o Boletim do Plebiscito (28/07), uma publicação da Pastoral Social da CNBB, falar da dívida não significa necessariamente planejar um "calote" aos credores, nem advogar pura e simplesmente um perdão, sem nenhum compromisso dos devedores. "Trata-se de verificar se a dívida é justa e ética; definir compromissos dos credores e dos devedores".

Segundo a CNBB, bispos de países credores e devedores reunidos em Colônia, Alemanha, em junho de 1999, declararam "que é necessário restituir a liberdade àqueles que estão escravizados, aprisionados pela dívida externa não resgatável. Trata-se de uma primeira etapa essencial para restabelecer relações justas no seio da comunidade humana e para erradicar a pobreza em nossa época (...). O problema da dívida não é só de ordem econômica, é no fundo um problema de ética. Afeta radicalmente os seres humanos, o bem-estar das famílias, a sobrevivência dos pobres, os laços entre os seres humanos e torna incerto o futuro" (SEDOC, Ed. Vozes, novembro/dezembro, 1999).

Só no Brasil a dívida é de duzentos e trinta e oito bilhões de dólares, e não pára de crescer. As causas vão desde empréstimos tomados pelos governos com base em juros variáveis, dívidas de empresas assumidas pelo Governo até a desnacionalização dos patrimônios públicos e privados.

Segundo o Boletim do Plebiscito, a dependência brasileira aumenta cada vez mais porque a organização da produção em nossa sociedade está voltada mais para as necessidades do mercado externo e da realização de lucros de empresas estrangeiras do que para as necessidades dos brasileiros, além de estarmos sendo sucessivamente monitorados pelos órgãos internacionais FMI e Banco Mundial.



NÚMEROS E COMPARAÇÕES

Em 1994, a dívida era de U\$ 148 bilhões. Mesmo pagando U\$ 126 bilhões em quatro anos, a dívida hoje está na casa dos U\$ 239 bilhões. Somando-se os recursos enviados ao exterior nos últimos 15 anos, os valores são várias vezes superiores ao que foi tomado por empréstimo. Só este dado pode considerar moralmente como paga a nossa dívida.

Ainda segundo o boletim, para se ter uma idéia do efeito devastador da cobrança aos países pobres, em 1977, o sistema financeiro internacional cobrou U\$ 272 bilhões em juros e prestações de amortização. Para cada dólar recebido, os países pobres desembolsam onze para pagar os juros. Alguns gastam até 30% do que produzem em suas economias. Em 1999, 64% dos recursos do Orçamento Federal brasileiro foram destinados à amortização da dívida externa e interna e ao pagamento de juros e encargos.

CONSULTA POPULAR SOBRE A DÍVIDA

O plebiscito é um direito democrático e está previsto constitucionalmente como forma de resposta da população as propostas do governo. Como o Congresso Nacional é dominado por maioria de aliados do governo e não vai levar a cabo a proposta de organizar um plebiscito formal sobre a dívida, as entidades populares organizarão por conta própria uma consulta popular com o nome de PLEBISCITO DA DÍVIDA. Esta é uma iniciativa legal pois os cidadãos são livres para organizar este tipo de consulta. a consulta também tem poder moral já que não obriga o Estado ou o Governo a seguir as decisões votadas, mas pode pôr em julgamento ético e político este mesmo Estado ou Governo.

As perguntas do Plebiscito: 1. O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional?; 2. O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 88?; 3. Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

* Matéria extraída: AdUFRJ - Boletim da Seção Sindical - Agosto/2000

JORNAL DOS ECONOMISTAS
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 18.08.2000